



3^a CÂMARA
DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
CONSUMIDOR E
ORDEM ECONÔMICA

RELATÓRIO DE GESTÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO

BIÊNIO 2022 - 2024

Sumário

Introdução	04
GT Agronegócio	06
GT Consumidor	14
GT Energia e Combustíveis	24
GT Mercado de Capitais, Propriedade Intelectual e Defesa da Concorrência	32
GT Planos de Saúde	38
GT Sistema Financeiro Nacional	48
GT Tecnologias da Informação e Comunicação	52
GT Telecomunicações	58
GT Transportes	64

Introdução

A 3^a Câmara de Coordenação e Revisão, em seu Regimento Interno (Resolução CSMPF nº 145, de 5 de agosto de 2013), dispõe no art. 26 e seguintes sobre a criação dos Grupos de Trabalho - GT, constituídos por membros do Ministério Público Federal que atuam sob regime voluntariado, os quais contam com o apoio de equipe profissional fornecida pela Câmara para auxílio ao desempenho de suas atividades, cabendo aos respectivos coordenadores estabelecer a dinâmica de cada GT, alinhados com as estratégias adotadas pela Câmara, assegurada a independência funcional dos membros.

Os Grupos de Trabalho possuem prazo de funcionamento renovável tantas vezes quantas necessárias à realização de sua missão, e são organizados e regidos pela Instrução Normativa nº 01/2024, de 6 de março de 2024, e Instrução de Serviço 3^a CCR nº 01, de 11 de março de 2016, sendo a eles aplicáveis as demais regras institucionais, inclusive aquelas referentes à cumulação de acervo.

Atualmente existem 9 (nove) Grupos de Trabalho ativos, a saber: GT Agro-negócios, GT Consumidor, GT Energia, GT Mercado de Capitais, Propriedade Intelectual e Defesa da Concorrência, GT Planos de Saúde, GT Sistema Financeiro Nacional, GT Tecnologia da Informação e Comunicação, GT Telecomunicações e GT Transportes, o qual por sua vez, possui subdivisão interna segundo seus modais aéreo, ferroviário e rodoviário.

Passa-se à consolidação de informações relativas a cada GT, e registro de principais atividades desenvolvidas no biênio 2022-2024.



GT AGRO

GT Agronegócio

Criado pela Portaria 3^a CCR nº 4/3CCR/MPF, de 18 de março de 2021¹ (PGR-00092323/2021), com o objetivo de tratar de temas afetos ao agronegócio, respeitando os fundamentos e princípios da ordem econômica. Entre os temas escolhidos para acompanhamento durante o mandato 2022-2024, constaram:



Projeto de Lei nº 3.440/2019, que dispõe sobre a regularização e fiscalização para o exercício de atividade do microempreendedor individual, do empreendimento familiar rural e do empreendimento econômico solidário. Informação² da Assessoria de Coordenação examinou o projeto e reconheceu que o texto não representava entrave legal para os pequenos produtores, mas alertou para a necessidade de diálogo com a sociedade, inclusive na regulamentação pelos entes federativos;



Projeto de Lei nº 1.293/2021, que dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário³;



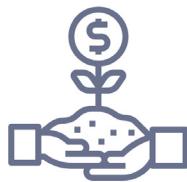
Projeto de Lei nº 3507/2021, que institui o “Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes” (PROFERT) e cria um programa baseado em incentivos fiscais para estimular a produção nacional de fertilizantes⁴;

1 <https://biblioteca.mpf.mp.br/server/api/core/bitstreams/3e100cc0-f461-4532-b1d4-d83e846d9350/content>

2 PGR-00397935/2021

3 PGR-00517186/2022

4 PGR-00517186/2022 e PA - PPB - 1.00.000.011547/2023-80



Políticas públicas para o seguro rural.⁵ O tema foi objeto de exame detalhado pela Assessoria de Coordenação⁶. Duas outras informações da Assessoria de Coordenação também examinaram acórdãos do TCU a partir de auditorias do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO) e do Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC)⁷ e do Programa de Subvenção ao Prêmio de Seguro Rural (PSR)⁸;



Dificuldades dos pequenos produtores com as exigências da regulamentação sanitária, sobretudo do “Selo Arte”⁹;



O mercado de carbono no Brasil e sua regulamentação¹⁰;

Implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR)¹¹.

⁵ PGR-00107154/2022 e PA - PPB - 1.00.000.011545/2023-91

⁶ PGR-00107154/2022

⁷ PGR-00027060/2024

⁸ PGR-00046669/2024

⁹ PGR-00416626/2022 e PGR-00303065/2023

¹⁰ PGR-00126932/2023; PGR-00295227/2023; PGR-00336593/2023; PGR-00295227/2023; PGR-00295227/2023 e PA - PPB - 1.00.000.011528/2023-53

¹¹ PGR-00224681/2023 e PA - PPB - 1.00.000.011535/2023-55

Principais dados estruturantes do GT

PA de acompanhamento: 1.00.000.005332/2021-68

Assessoria: Marlene Castro / Eder Sardinha

Portaria de composição atual: PT 3CCR Nº 23, de 1º/8/2024 (PGR-00297142/2024)

Nº de membros: 7 (sete)

Integrante do GT	Designação	Lotação
GILBERTO BATISTA NAVES FILHO (Coordenador)	PT 3CCR Nº 4, de 18/3/2021 (PGR-00092323/2021)	PR/PA
WALDIR ALVES (Coord. Substituto)	PT 3CCR Nº 4, de 18/3/2021 (PGR-00092323/2021)	PRR/4ª Região
KARINE SUZAN HOFFSTAETER BOTEON	PT 3CCR Nº 1, de 25/2/2022 (PGR-000073615/2022)	PRM/Dourados-MS
FERNANDO DE ALMEIDA MARTINS	PT 3CCR Nº 2, de 11/5/2022 (PGR-00177415/2022)	PRR/6ª Região
MARCUS VINÍCIUS AGUIAR MACEDO	PT 3CCR Nº 2, de 11/5/2022 (PGR-00177415/2022)	PRR/4ª Região
MICHEL FRANÇOIS DRIZUL HAVRENNE	PT 3CCR Nº 21, de 4/7/2023 (PGR-00243393/2023)	PR/SP
LAFAYETE JOSUÉ PETTER	PT 3CCR Nº 27, de 17/7/2023 (PGR-00257991/2023)	PRR/4ª Região

Procedimentos em curso

4 (quatro)

1.00.000.011545/2023-91

Acompanhamento das políticas públicas para o seguro rural.

1.00.000.011528/2023-53

Acompanhamento da regulamentação do mercado de carbono no Brasil.

1.00.000.011543/2023-00

Acompanhamento da racionalização e objetivação regulatória para o pequeno produtor.

1.00.000.011547/2023-80

Acompanhar o desenvolvimento da produção nacional de fertilizantes a fim de reduzir a dependência do mercado brasileiro dos fornecedores internacionais.



Relatório de atividades e produtos



set/2022

Seminário “Soluções Econômicas e Oportunidades Verdes” : atividade organizada pela 3^a CCR e 4^a CCR (meio ambiente e patrimônio cultural), nos dias 21 e 22 de setembro de 2022, com a participação de representantes de órgãos públicos, da iniciativa privada e do terceiro setor. No primeiro dia, foram abordados temas como mercado de carbono; governança verde; o novo marco do saneamento; e o setor financeiro e o fomento a projetos e ativos ambientais. No segundo dia, indústria, logística, infraestrutura e crescimento verde; reciclagem, gestão de resíduos sólidos e logística reversa; agricultura, serviços ambientais e meio ambiente; e mineração sustentável.¹²

out/2022

Reunião com a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) para apresentação dos temas relevantes do setor sob a ótica dos agentes de mercado.



dez/2022

PGR-00337636/2022

Nota Técnica nº 2/2022/GT-AGRONEGÓCIO/3^aCCR: analisou os efeitos econômicos no agronegócio do Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes (PROFERT), objeto do Projeto de Lei nº 3.507/2021. A nota foi encaminhada à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados, em fevereiro de 2023, e reiterada em julho de 2023.

¹² <https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/solucoes-economicas-e-oportunidades-verdes-e-tema-de-reuniao-de-trabalho-do/mpf-em-brasilia> Vídeo:<https://www.youtube.com/watch?v=k17KRPuJoF8>

fev/2023

PGR-00047088/2023

OFÍCIO nº 24/2023 ASSCOR/3A.CAM: encaminha a NT nº 2/2022/GT-AGRONEGÓCIO/3^aCCR à Presidência da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio do Congresso Nacional (RICD, art. 32, VI).



mai/2023

Reunião com o Ministério da Agricultura para definição de agenda comum de trabalho.

ago/2023

Reunião com o Ministério da Agricultura para avaliar como o excesso de regulamentação sobre a produção e a comercialização de produtos artesanais pode comprometer a viabilidade econômica dos pequenos e médios produtores agropecuários, bem como para identificar possíveis soluções.



ago/2023

Reunião com a advogada Samanta Pineda, especialista em direito ambiental, acerca dos desafios afetos à regulamentação do mercado de carbono no Brasil.

nov/2023

Reunião com a Deputada Federal Bia Kicis, relatora do Projeto de Lei nº 3.507/2021 na Comissão de Desenvolvimento Econômico, da Câmara dos Deputados.



dez/2023

Reunião técnica com a Coordenação de Defesa Agropecuária, Política Agrícola e Inovação do MAPA para tratar sobre o contexto e os desafios do seguro rural.



fev/2024

PGR-00040678/2024

Nota Técnica nº 1/2024/GT-AGRONEGOCIOS/3CCR - Apoia a produção nacional de fertilizantes, concluindo que “medidas voltadas ao favorecimento da cadeia nacional de produção de fertilizantes são consideradas fundamentais ao desenvolvimento e ao incremento da produtividade do setor agrícola nacional, além de contribuírem para a previsibilidade e a redução dos custos de produção do setor em razão da ampliação da oferta interna do insumo, reduzindo a sua dependência externa”.



mar/2024

PGR-00097875/2024

Relatório nº 63/2024/3CCR - Reunião com a Subsecretaria de Defesa Agropecuária do Distrito Federal com vistas a conhecer experiência na racionalização regulatória voltada à agroindústria.



abr/2024

PGR-00130105/2024

Relatório nº 80/2024/3CCR - Reunião realizada com o Deputado Federal Mauro Benevides, relator do PL nº 3.507/2021 na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, para apresentação da Nota Técnica nº 2/2022/GTAGRONEGÓCIO/3CCR (PGR-00337636/2022), que trata dos efeitos econômicos do Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes - PROFERT no agronegócio.

mai/2024

PGR-00201689/2024

Ofício nº 195/2024/AC/3CCR - Solicitação de participação de representante do GT Agronegócio na Câmara Temática de Agrocarbono Sustentável, que faz parte do Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

jun/2024

PGR-00212880/2024

Relatório nº 102/2024/3CCR: Reunião com representantes da Diretoria de Regulação do Banco Central, no dia 3/6/2024, sobre iniciativas voltadas a minimizar riscos morais e conflitos de interesse na operacionalização do Proagro pelas instituições financeiras.





GT CON

GT Consumidor

Criado pela Portaria nº 9/3CCR/MPF, de 29 de janeiro de 2020¹³ (PGR-00027793/2020), com o objetivo de tratar dos direitos transindividuais relativos aos consumidores, respeitando os fundamentos e princípios da ordem econômica, bem como os direitos fundamentais e sociais. Entre os temas escolhidos para acompanhamento durante o mandato 2022-2024, constaram:

Contratação de empréstimo consignado e o enfrentamento de fraudes contra aposentados e pensionistas do INSS¹⁴;



Direitos dos discentes do Sistema Federal de Ensino em caso de dissolução irregular de Instituição de Ensino Superior Privada (IES)¹⁵;



Programas de fidelidade de milhas aéreas (milhagem), sob a ótica da flutuação aleatória da cotação e possível descaracterização em prejuízo ao consumidor, bem como o monitoramento do mercado de milhas e de seus aspectos concorrenenciais¹⁶;

Venda promocional de “bilhetes flexíveis” ou “pacotes flexíveis” por operadores de turismo durante a pandemia, bem como a política de cancelamento e reembolso de empresas (como Hotel Urbano - Hurb e 123 Milhas), diante do aumento sensível de reclamações de consumidores por descumprimento contratual¹⁷;

13 <https://biblioteca.mpf.mp.br/server/api/core/bitstreams/2060b4a1-7317-49aa-84ad-e3c835c1386f/content>

14 PA - PPB - 1.00.000.000116/2024-79

15 PA - PPB - 1.00.000.000786/2024-95

16 PA - 1.00.000.018814/2018-82 e PA - TIND - 1.00.000.005713/2023-17

17 PA - TIND - 1.00.000.018898/2022-31



Controvérsia entre a pretensão das empresas concessionárias de aeroportos de instalar cancelas eletrônicas a fim de disciplinar o embarque e desembarque de passageiros, e a Resolução Contran nº 482/2014, a qual atribui a órgão ou entidade executiva de trânsito do Município essa competência¹⁸;



Possível omissão da empresa Alitalia em ressarcir os danos causados aos consumidores no Brasil pelo encerramento de suas atividades e a adequação das medidas adotadas pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e pela Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon)¹⁹;

Possíveis práticas abusivas nos serviços de telefonia móvel, como dificuldades de cancelamento, chamadas abusivas de telemarketing, telecobrança e similares (robocalls), e restrição a serviços só disponibilizados nas lojas físicas da operadora²⁰.

18 PA - TIND - 1.00.000.001576/2023-33

19 IC - 1.16.000.001578/2023-62

20 PA - PPB - 1.00.000.008559/2023-27

Principais dados estruturantes do GT

PA de acompanhamento: 1.00.000.011501/2020-18

Assessoria: Patrícia Hernandes e Natália Angélica

Nº de membros: 9 (nove, dos quais 8 titulares e 1 colaboradora)

Portaria de composição atual: PT 3CCR nº 27, de 3/9/2024 (PGR-00351796/2024)

Integrante do GT	Designação	Lotação
VICTOR NUNES CARVALHO (Coordenador)	PT 3CCR Nº 12, de 30/3/2020 (PGR-00120572/2020)	PRM/Barra do Garças-MT
SERGIO ATILIO THOM ZAGO (Coord. Substituto)	PT 3CCR Nº 7, de 15/12/2022 (PGR-00518330/2022)	PRM/Dourados-MS
ANNA CAROLINA RESENDE MAIA GARCIA	PT 3CCR Nº 1, de 10/01/2020 (PGR-00007071/2020)	PR-DF
MARIANE GUIMARÃES DE MELLO OLIVEIRA	PT 3CCR Nº 29, de 29/1/2020 (PGR-00027793/2020)	PR-GO
OSWALDO POLL COSTA	PT 3CCR Nº 12, de 30/3/2020 (PGR-00120572/2020)	PR-PA
THIAGO COELHO SACCHETTO	PT 3CCR Nº 34, de 24/8/2023 (PGR-00303735/2023)	PR-AM
CYNTHIA ARCOVERDE RIBEIRO PESSOA	PT 3CCR Nº 37, de 3/10/2023 (PGR-00369727/2023)	PRM/Campina Grande-PB
THOMAZ MUYLAERT DE CARVALHO BRITO	PT 3CCR Nº 42, de 16/10/2023 (PGR-00385146/2023)	PRM/Imperatriz-MA
MARIA EMÍLIA MORAES DE ARAÚJO (colaboradora)	PT 3CCR Nº 11, DE 17/11/2024 (PGR-00220256/2024)	PGR

Procedimentos em curso

10 (dez)

1.00.000.003386/2020-16

Acompanhar alterações regulatórias relativas às franquias de bagagem de mão e às cobranças para marcação de assentos em transporte aéreo.

1.00.000.011784/2020-06

Registrar atos de representação do MPF junto à Comissão de Estudos Permanentes de Acidentes de Consumo - CEPAC; (Decreto nº 9.960, de 8/8/2019); Conselho Nacional de Defesa do Consumidor - CNDC (Decreto nº 10.417, de 7/7/2020); e Grupo Nacional de Defesa do Consumidor - GNDC/CNPG (Portaria CNPG nº 2/2019, de 31.7.2019).

1.00.000.005404/2022-58

Acompanhar informações sobre a política de cancelamento, remarcação e reembolso de cruzeiros marítimos a partir das contingências de saúde pública impostas pelo surto do Coronavírus (COVID-19) em 2022.

1.00.000.018898/2022-31

Fiscalizar a prática de venda promocional de “bilhetes flexíveis” ou “pacotes flexíveis” por operadores de turismo durante a pandemia, bem como a política de cancelamento e reembolso de empresas tais como Hotel Urbano - Hurb e 123 Milhas, diante do aumento sensível de reclamações de consumidores por descumprimento contratual.

1.00.000.001576/2023-33

Apurar possível conduta abusiva praticada por concessionárias de Aeroportos no País consistente na cobrança de taxa em faixa de meio fio de desembarque de passageiros.

1.00.000.005713/2023-17

Acompanhamento dos programas de fidelidade de milhas aéreas e de pontos sob o prisma da flutuação aleatória na cotação em prejuízo do consumidor, bem como para monitoramento do mercado de milhas e de seus aspectos tangenciais junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.

1.00.000.008559/2023-27

Fiscalizar possíveis práticas abusivas em relação aos serviços de telefonia móvel, sobretudo no que se refere às dificuldades indiretas para pleno exercício do direito ao cancelamento, bem como em relação ao incômodo de chamadas abusivas de telemarketing, telecobrança e similares (“robocalls”) e e restrição de acesso a serviços só disponibilizados mediante comparecimento do usuário à loja física da operadora.

1.00.000.000116/2024-79

Mapear competências e atribuições dos órgãos e entidades envolvidos na contratação de empréstimo consignado e para o enfrentamento de fraudes perpetradas em detrimento de aposentados e pensionistas do INSS.

1.00.000.000786/2024-95

Intermediação regulatória junto ao Ministério da Educação - MEC acerca dos direitos dos discentes do Sistema Federal de Ensino em caso de dissolução irregular de Instituição de Ensino Superior Privada - IES.

1.00.000.004933/2024-04

Atuação conjunta do GT Planos de Saúde e GT Consumidor para acompanhar junto à Anvisa aspectos regulatórios e diretrizes para a implementação da bula digital e buscar mitigar a dispensa da bula impressa de medicamentos.

Relatório de atividades e produtos

jun/2022

PGR-00240671/2022

Recomendação nº 1/2022/3CCR/MPF, de 20/Jun/2022, enviada à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), para vedar limites impostos pelos planos de saúde ao número de consultas/sessões nas especialidades necessárias ao tratamento dos pacientes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), conforme o entendimento da própria agência nos Comunicados nº 84, de 30/Jul/2020 (Goiás) e nº 92, de 7/Jul/2021 (nacional). Em colaboração com o GT-Planos de Saúde.



jul/2022

PGR-00311729/2022

Plataforma Consumidor.gov: **Assinatura de acordo de cooperação técnica** com a Secretaria Nacional do Consumidor (Senaccon/MJ), para adesão à plataforma tecnológica Consumidor.gov.br, em que o MPF se compromete a apoiar as ações da Senaccon, a divulgar a plataforma, a orientar consumidores e empresas no uso da ferramenta, e a monitorar e acompanhar seus dados e informações.



ago/2022

PGR-00320961/2022

Nota Técnica nº 1/2022/GT Consumidor-3^aCCR: sobre a regulamentação do mínimo existencial, por meio do Decreto nº 11.150, de 26 de julho de 2022, a partir da Lei do Superendividamento (Lei nº 14.181/2021). A nota avaliou a regulamentação da preservação e do não comprometimento do mínimo existencial para fins de prevenção, tratamento e conciliação de situações de superendividamento em dívidas de consumo, conforme disposto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor (CDC).



ago/2022

PGR-00340547/2022

Nota Técnica nº 3/2022/3CCR: contribuições à Consulta Pública nº 45 da ANATEL, sobre a adoção, em caráter universal, da interface de carregamento por fio com padrão USB tipo C em telefones móveis celulares.



fev/2023

PGR-00073791/2023

Nota Técnica nº 1/2023/GT-Transportes/GT-Consumidor/3CCR, que analisa a regulamentação das gratuidades no transporte rodoviário interestadual de passageiros (TRIP).



mai/2023

Reunião com órgãos de defesa do consumidor (Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor - Senacor, Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor - MPCON, Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP e procons) para tratar do monitoramento de preço dos combustíveis.



set/2023

Workshop promovido pelo GT-TIC e pelo GT-Consumidor, em 28 e 29/9/2023, em Maceió/AL, com o objetivo de discutir a Política Nacional de Proteção de Dados; tecnologias e regulação da inteligência artificial no Brasil; transformação digital e os riscos duma burocracia digital (1º dia); e os programas de milhagem e a crise dos pacotes flexíveis; empréstimos consignados e superendividamento; direitos humanos e racismo estrutural nas relações de consumo; e plataformas digital e comércio eletrônico (2º dia). Participaram representantes da ANPD, do Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGI, da Fundação Getúlio Vargas (FGV); do CADE; e das Universidades Federais de Alagoas (UFAL) e de Pernambuco (UFPB), DPU, DPE-AL, MPE-AL etc.²¹

²¹ <https://novoportal.mpf.mp.br/mpf/pgr/noticias-pgr2/2023/tecnologias-da-informacao-e-comunicacao-e-relacoes-de-consumo-sao-temas-de-workshop-promovido-pelo-mpf>

jan/2024

PGR-00006534/2024

PR-GO-00053834/2023

Ofício Circular nº 1/2024/AC/3CCR: Atuação nacional coordenada entre os representantes da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão para fiscalização contra publicidade ostensiva da 123 Milhas nos aeroportos.



jan/2024

PGR-00023054/2024

Reunião entre a Febraban, PR-DF e GT Consumidor, realizada no dia 23/01/2024, para proposta de Campanha publicitária e alternativas de atuação destinadas ao esclarecimento de rotina de contratação de empréstimos consignados para aposentados e pensionistas do INSS.

mar/2024

PGR-00079362/2024

Reunião com a Gol Linhas Aéreas S/A, realizada no dia 5/3/2024, para compreender o pedido de recuperação judicial da companhia nos EUA, apurar aspectos concorrenciais e regulamentares que afetariam a saúde financeira das empresas aéreas, os impactos da Covid-19 no mercado, bem como a opção pelo sistema do Chapter 11 estadunidense.



mar/2024

PGR-00091256/2024

33ª **Reunião** Ordinária da Senacon e Sistema Nacional de Defesa do Consumidor - SNDC, realizada nos dias 7 e 8/3/2024.

abr/2024

Reunião com o MPCON, IATA e ABEAR, realizada no dia 11/4/2024, para apresentação às associações de proposta de TAC voltado à solução extrajudicial de causas judiciais atreladas ao Setor Aéreo mediante o tabelamento de indenizações.



abr/2024

PGR-00158348/2024

Reunião com a Agência Nacional de Aviação Civil - Anac, realizada em 23/4/2024, para tratar de casos de perda da passagem de volta em caso de no-show no trecho de ida.

mai/2024

PGR-00178891/2024

Nota Técnica nº 5/2024/GTPS/GTCON/3^aCCR, encaminhada à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), manifestando a preocupação do MPF com a possibilidade de extinção das bu-
las impressas em medicamentos comercializados no Brasil.



mai/2024

PGR-00186890/2024

Seminário “Desafios Contemporâneos dos Direitos do Consumidor e Regulação da Aviação Civil”, promovido pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP e pela Anac, em 15/5/2024.



GT ENERGIA

GT Energia e Combustíveis

Criado pela Portaria nº 13/3CCR/MPF, de 12 de novembro de 2013²² (PGR-00008821/2014), com o objetivo de tratar da organização e exploração do setor de energia, nos seus diversos segmentos, tendo em vista o atendimento da demanda industrial, a adequação da prestação dos serviços aos usuários, a proteção ou segurança das fontes de produção de energia, o desenvolvimento sustentável da economia e a implementação de projetos. Entre os temas escolhidos para acompanhamento durante o mandato 2022-2024, constaram:

Políticas de produção nacional de fertilizantes, incluindo NPK²³;



A regulação e a fiscalização das distribuidoras de energia elétrica²⁴;

Renovação dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica com vencimentos entre 2025 e 2031²⁵;



Impacto da mistura de biodiesel no diesel²⁶. Entre outros pedidos de informação, o MPF questionou a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) acerca dos estudos que teriam justificado a possibilidade de mistura de até 15% de biodiesel no óleo diesel fóssil e se a agência teria registros de

22 <https://biblioteca.mpf.mp.br/server/api/core/bitstreams/d3fe745f-f7ee-4794-bc42-be918c68223f/content>

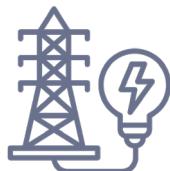
23 PA - PPB - 1.00.000.011547/2023-80 e PA-OUT - 1.00.000.010592/2023-17

24 PA - PPB - 1.00.000.003937/2024-67

25 PA-OUT - 1.00.000.010595/2023-51

26 PA-OUT - 1.00.000.010590/2023-28

problemas nos veículos em razão do aumento do teor de biodiesel no diesel²⁷. A agência respondeu que o Ministério de Minas e Energia (MME) havia criado grupo de trabalho para estudar o assunto, e este havia concluído que a mistura funcionava, não tendo encontrado nenhum problema nos ensaios previstos. A ANP também informou haver feito testes, com resultados positivos. Observou que nenhum dos registros de problemas recebidos puderam ser atribuídos à presença do biodiesel no combustível²⁸;



Abertura do mercado livre de energia e impactos nos consumidores²⁹;

Regras de leilões de contratação de geração e transmissão de energia³⁰;



Definição do padrão de carregadores de carros elétricos³¹;

Exploração econômica da margem equatorial³².

27 PGR-00049519/2024

28 PR-DF-00023520/2024

29 PA-OUT - 1.00.000.010587/2023-12

30 PA-OUT - 1.00.000.010583/2023-26

31 PA - OUT - 1.00.000.010580/2023-92

32 PA - OUT - 1.00.000.010570/2023-57

Principais dados estruturantes do GT

PA de acompanhamento: 1.00.000.010564/2018-32

Assessoria: Fernanda Guimarães

Nº de membros: 9 (nove)

Portaria de composição atual: PT 3CCR Nº 16, de 17/6/2024 (PGR-00220471/2024)

Integrante do GT	Designação	Lotação
JOÃO RAPHAEL LIMA (Coordenador)	PT 3CCR Nº 13, de 12/11/2013 (PGR-00008821/2014)	PR/PB
ROBERTO MOREIRA DE AL-MEIDA (Coord. Substituto)	PT 3CCR Nº 22, de 05/07/2023 (PGR-00244753/2023)	PRR/5ª Região
WALDIR ALVES	PT 3CCR Nº 01, de 10/01/2020 (PGR-00007071/2020)	PRR/4ª Região
PAULO JOSÉ ROCHA JR.	PT 3CCR Nº 01, de 14/05/2014 (PGR-00104053/2014)	PR/DF
ANDREA WALMSLEY SOARES CARNEIRO	PT 3CCR Nº 04, de 27/09/2022 (PGR-00395428/2022)	PR/PE
RICARDO PERIN NARDI	PT 3CCR Nº 25, de 02/10/2018 (PGR-00556942/2018)	PRM/Campinas-SP
HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR	PT 3CCR Nº 01, de 10/01/2020 (PGR-00007071/2020)	PR/PA
MÁRCIO SCHUSTERSCHITZ DA SILVA	PT 3CCR Nº 02, de 20/03/2023 (PGR-00006159/2023)	PR/SP
ALOIZIO BRASIL BIGUELINI	PT 3CCR Nº 48, de 19/12/2023 (PGR-00481226/2023)	PR/AP

Procedimentos em curso

08 (oito)

1.00.000.010592/2023-17

Acompanhar o fomento à produção nacional de fertilizantes NPK, tendo em vista o Plano Nacional de Fertilizantes - PNF instituído pelo Decreto nº 10.991/2022, e a relevância econômica do tema para a energia e o agronegócio.

1.00.000.010570/2023-57

Acompanhamento da exploração econômica da margem equatorial, considerando o potencial de reservas de petróleo e gás, com o intuito de fiscalizar e monitorar as questões ambientais e de segurança energética.

1.00.000.010595/2023-51

Acompanhamento da renovação dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica com vencimentos entre 2025 e 2031. No referido período, 20 (vinte) empresas que atualmente fornecem energia elétrica terão os contratos de concessão vencidos, o que representa 60% (sessenta por cento) do consumo do país, portanto é necessário elaborar contratos de concessões que reflitam as adaptações necessárias dos serviços de distribuição à nova realidade do setor e aos anseios da sociedade.

1.00.000.010587/2023-12

Monitoramento da abertura do mercado livre de energia e os respectivos impactos aos consumidores. Se faz necessário averiguar se a abertura do mercado para novos concorrentes poderá elevar o valor da conta de luz. Isso porque, seriam menos consumidores no mercado cativo para pagar fontes mais caras (v.g., térmicas); alta na subcontratação das distribuidoras, com mais energia contratada junto às usinas do que a demanda do mercado cativo; e, alta na Conta do Desenvolvimento Energético (CDE), fundo de subsídios pagos por todos os consumidores, sejam livres ou regulados.

1.00.000.010583/2023-26

Acompanhar as regras de leilões de contratação de geração e transmissão de energia, com a identificação dos pontos que necessitam ser melhorados no âmbito dos leilões, a fim de evitar novas fraudes e, consequentemente, prejuízo à administração pública e aos consumidores.

1.00.000.010590/2023-28

Acompanhamento dos impactos da mistura do biodiesel no diesel, considerando a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio) instituída pela Lei nº 13.576/17 diante da preocupação por setores da indústria de que o incremento percentual da mistura possa provocar problemas nos motores dos veículos.

1.00.000.010580/2023-92

Acompanhar a definição do padrão de carregadores de carros elétricos, tendo em vista que o Brasil, ao menos ainda, não definiu qualquer padrão de plugue destinado ao uso no carregamento de energia para automóveis, e a relevância econômica do tema sob a ótica do consumidor.

1.00.000.003937/2024-67

Acompanhar a regulação e fiscalização das distribuidoras de energia elétrica, no intuito de apurar se as ações fiscalizadoras realizadas pela ANEEL garantem a qualidade na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica, diante de problemas de continuidade de fornecimento, especialmente na região Norte do país.

Relatório de atividades e produtos

ago/2022

Ofício à Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel e posterior acompanhamento das ações da Agência a respeito da regularidade da contratação de usinas termelétricas em decorrência do Procedimento Competitivo Simplificado (PCS) nº 1/2021, das medidas adotadas em relação às usinas contratadas que não cumpriram os prazos pactuados para entrada em operação e dos custos elevados de geração de energia a serem repassados aos consumidores.



set/2022

Seminário “Soluções Econômicas e Oportunidades Verdes”, promovido pelo MPF, nos dias 21 e 22/9/2022, para disseminar conhecimento e informações técnicas sobre os desafios e possíveis soluções para o desenvolvimento sustentável da economia.



mar/2023

Workshop sobre a “Regulação no Setor Mineral Brasileiro”, realizado nos dias 15 e 16 de março de 2023, em Brasília/DF, com o apoio da Agência Nacional de Mineração (ANM).³³

³³ <https://novoportal.mpf.mp.br/intranet/informa/2023/camaras-e-pfdc/3ccr/evento-reune-procuradores-do-mpf-e-especialistas-para-debater-a-regulacao-do-setor-mineral-brasileiro>

ago/2023

Reunião com o Centro de Energias Alternativas e Renováveis-CEAR/UFPB, para apresentação de projetos realizados, a exemplo do desenvolvimento de sistema de monitoramento e modelagem de baterias estacionárias aplicadas a sistemas fotovoltaicos.



fev/2024

PGR-00028845/2024

Reunião com a ANEEL sobre a abertura do mercado livre de energia e os respectivos impactos aos consumidores.

abr/2024

PGR-00028845/2024

Reunião com representantes da Auditoria Especializada em Energia Elétrica e Nuclear (AudElétrica), do Tribunal de Contas da União (TCU), para tratar de eventuais encaminhamentos do Acórdão 86/2023 – TCU – Plenário, com a atuação do MPF para promover a correta implantação dos comandos da Lei 14.182/2021, especialmente quanto à viabilização e aos efeitos da contratação de geração térmica movida a gás natural na modalidade de leilão de reserva de capacidade em regiões e quantidade pré-determinada pelo legislador.



mai/2024

PGR-00204712/2024

Reunião com a Confederação Nacional do Transporte (CNT) para tratar do impacto da mistura de biodiesel no diesel.

GT Mercado de Capitais, Propriedade Intelectual e Defesa da Concorrência

Criado pela Portaria nº 12/3CCR/MPF, de 12 de novembro de 2013³⁴ (PGR-00250768/2013), com o objetivo de tratar dos interesses do investidor financeiro no âmbito do mercado de capitais e da defesa da concorrência. Entre os temas escolhidos para acompanhamento durante o mandato 2022-2024, constaram:



Projeto de Lei nº 2.925/2023, que propõe alterações na Lei das S.A., incluindo a transparência em processos arbitrais e a tutela privada de direitos de investidores do mercado de valores mobiliários³⁵;



Atuação integrada entre o MPF, CADE e CVM, especialmente tendo em consideração o modelo negocial e a possibilidade de conjugar acordos celebrados por estas instituições³⁶;

Aspectos concorrenciais do novo marco regulatório do transporte rodoviário interestadual de passageiros (TRIP)³⁷;

³⁴ <https://biblioteca.mpf.mp.br/server/api/core/bitstreams/10ea68ee-57da-4f6f-acb2-17c19552c231/content>

³⁵ PA - OUT - 1.00.000.009040/2023-66

³⁶ PA - OUT - 1.00.000.000465/2024-91

³⁷ PA - OUT - 1.00.000.006732/2023-52

Principais dados estruturantes do GT

PA de acompanhamento: 1.00.000.010572/2018-89

Assessoria: Fábio Vanzo

Nº de membros: 9 (nove)

Portaria de composição atual: PT 3CCR Nº 24, de 2/9/2024 (PGR-00349521/2024)

Integrante do GT	Designação	Lotação
LINCOLN PEREIRA DA SILVA MENEGUIM (Coordenador)	PT 3CCR Nº 1, de 12/1/2016 (PGR-00010125/2016)	PR/SP
MÁRCIO SCHUSTERSCHITZ DA S. ARAÚJO (Coord.Substituto)	PT 3CCR Nº 21, de 5/9/2018 (PGR-00499163/2018)	PR/SP
WALDIR ALVES	PT 3CCR Nº 5, de 19/4/2021 (PGR-00131291/2021)	PRR/4ª Região
MÁRCIO BARRA LIMA	PT 3CCR Nº 3, de 13/1/2023 (PGR-00011752/2023)	PRR/2ª Região
ADJAME ALEXANDRE GONÇALVES OLIVEIRA	PT 3CCR Nº 17, de 31/7/2018 (PGR- 00411542/2018)	PRM/Taubaté-SP
ANDRÉ BUENO DA SILVEIRA	PT 3CCR Nº 3, de 13/1/2023 (PGR-00011752/2023)	PRM/Santos-SP
KAREN LOUISE JEANETTE KAHN	PT 3CCR Nº 9, de 30/3/2023 (PGR-00121618/2023)	PR/SP
FERNANDO ANTÔNIO DE ALENCAR ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR	PT 3CCR Nº 9, de 30/3/2023 (PGR-00121618/2023)	PR/DF
FÁBIO CONRADO LOULA	PT 3CCR Nº 04, de 15/4/2024 (PGR- 00137626/2024)	PR/BA

Procedimentos em curso

07 (sete)

1.00.000.000465/2024-91

Formalização e Acompanhamento da produção de Nota Técnica para discutir a atuação integrada entre o MPF, CADE e CVM, principalmente tendo em consideração o modelo negocial e a possibilidade de conjugar acordos celebrados por estas instituições. Além de considerar a possibilidade de coordenação e integração das atuações de tutela criminal e coletiva da concorrência e do mercado de capitais - como a tutela.

1.00.000.009041/2023-19

Acompanhamento das Reuniões e Deliberações do Conselho Nacional de Combate à Pirataria – CNCP.

1.00.000.009040/2023-66

Acompanhamento do PL nº 2.925/2023, que propõe alterações na Lei das SAs e dispõe sobre a transparência em processos arbitrais e o sistema de tutela privada de direitos de investidores do mercado de valores mobiliários.

1.00.000.009037/2023-42

Acompanhamento da regulamentação infralegal da Lei nº 14.478/22, que criou diretrizes para a regulação de ativos virtuais (Criptomoedas).

1.00.000.006732/2023-52

Acompanhamento dos aspectos concorrenciais do novo marco regulatório do transporte rodoviário interestadual de passageiros - TRIP, que possibilitou ao mercado a aplicação do regime de livre competição de preços, ou seja, os agentes econômicos não mais detêm amarras regulatórias que limitem os preços máximos dos serviços (regime de autorização caracterizado pela liberdade competitiva).

1.00.000.015722/2018-41

Acompanhamento do enforcement de tutela coletiva dos Ministérios Públicos Federal e Estadual, quanto às decisões proferidas nos processos administrativos sancionadores do Conselho Administrativo de Defesa Econômica- CADE.

1.00.000.013733/2014-62

Desenvolver uma atuação conjunta com o INPI, a fim de contribuir com boas práticas no que tange a temas relacionados à propriedade intelectual.

Relatório de atividades e produtos

ago/2022

PGR-00340547/2022

Nota Técnica nº 3/2022/3^aCCR, de 25/Ago/2022, enviada em resposta à Consulta Pública nº 45 da ANATEL, sobre a adoção, em caráter universal, da interface de carregamento por fio com padrão USB tipo C em telefones móveis celulares.



jun/2023

Workshop temático “Sistema Financeiro Nacional e Mercado de Capitais”, realizado nos dias 28 e 29 de junho de 2023, em Brasília/DF, com a participação do Procurador Geral da República, Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliário, B³, UnB, Ministério da Cidadania e representante do mercado financeiro, construção civil e academia. Entre os temas debatidos, estavam a transformação do setor financeiros pelas Fintechs; o novo marco do câmbio; a retomada do programa “Minha Casa Minha Vida”; irregularidades com criptoativos; fraudes em companhias abertas; antitruste no ambiente digital; e as novas soluções no Sistema Financeiro Nacional e o Banco Central. Em colaboração com o GT-Sistema Financeiro Nacional.³⁸



nov/2023

Acompanhamento da regulamentação da Lei nº 14.478/22, que estabelece diretrizes para a regulação de ativos virtuais, incluindo criptomoedas. Foram realizadas duas reuniões com o Banco Central e expedidos ofícios ao próprio Banco Central e à Associação Brasileira de Criptoconomia (Abcripto) solicitando compartilhamento de informações sobre práticas anticoncorrenciais e fraudes ao consumidor.



³⁸ <https://portal.mpf.mp.br/novaintra/informa/2023/camaras-e-pfdc/3ccr/mpf-promove-workshop-em-brasilia-para-discutir-marco-regulatório-das-criptomoedas>



mar/2024

PGR-00110165/2024

Participação nas **deliberações do Conselho Nacional de Combate à Pirataria-CNCP/MJ**, sobretudo: no combate à venda de produtos piratas e contrabandeados em plataformas de comércio eletrônico com a implementação de mecanismo de autorregulação para plataformas digitais; e na elaboração de uma política nacional de combate a falsificações que impactem a saúde pública.





GT PS

GT Planos de Saúde

Criado pela Portaria nº 17/3CCR/MPF, de 12 de novembro de 2013³⁹ (PGR-00256210/2013), para tratar do setor de saúde suplementar, tendo em vista a qualidade do serviço prestado, as boas práticas nas relações entre operadoras setoriais, prestadores e consumidores, as ações de saúde no país, e a implementação de projetos. Entre os temas escolhidos para acompanhamento durante o biênio 2022-2024, constaram:



A regulação das Administradoras de Benefícios pela ANS, diante da insuficiência normativa da Resolução nº 196/2009⁴⁰. Após a revogação da resolução mencionada e edição das Resoluções nº 515 e 569, de 2022, o MPF questionou⁴¹, e a agência respondeu com esclarecimentos acerca do processo de “aperfeiçoamento do ambiente regulatório”⁴²;



Tratamentos e procedimentos disponibilizados para os pacientes do Transtorno do Espectro Autista (TEA)⁴³. Foi expedida recomendação para que a ANS vede qualquer limitação à quantidade de sessões de fisioterapia, psicoterapia ou fonoaudiologia. Em seguida, a ANS foi oficiada para esclarecer medidas adotadas a fim de lidar com problemas como o credenciamento de clínicas distantes e a disponibilização de horários para tratamento em locais diferentes, dificultando tratamentos continuados. A agência

39 <https://biblioteca.mpf.mp.br/repositorio/items/76fb15b-7f66-41c7-a957-80735a5b0efb>

40 PA - 1.00.000.008004/2015-75

41 PGR-00392534/2023

42 PR-DF-00003075/2024

43 PA - OUT - 1.00.000.012435/2023-46

forneceu explicações⁴⁴ sobre a garantia de cobertura do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, o processo de fiscalização, e o Monitoramento da Garantia de Atendimento;



Rescisões unilaterais de contratos de planos de saúde⁴⁵;

Obrigatoriedade de oferta, pelos planos de saúde, de tratamento em clínicas e hospitais psiquiátricos especializados no cuidado e cura de dependências químicas⁴⁶. Questionada, inclusive sobre a cobrança parcial de internações a título de coparticipação ou franquia⁴⁷, a ANS esclareceu que o tema “Mecanismos de Regulação Financeiros” estará previsto na Agenda Regulatória da ANS para o período 2023-2025 e que haverá participação social para discussão⁴⁸. A respeito do tema, também será acompanhada a tramitação do Projeto de Lei nº 1.564/2015⁴⁹;



Projeto de Lei nº 7.419/2006 (que altera a lei de planos de saúde)⁵⁰. Sobre o tema, foi elaborada nota técnica, conduzida articulação parlamentar e foram realizadas audiências públicas pelo MPF, como se pode verificar em detalhes abaixo, nos resultados relevantes;



Incorporação, pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), ao rol de procedimentos obrigatórios das novas tecnologias em saúde aprovadas pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec)⁵¹.

44 PGR-00445238/2023

45 PGEA - 1.00.000.004126/2024-83

46 PA - OUT - 1.00.000.010232/2023-15

47 PGR-00117626/2024

48 PGR-00207548/2024

49 PGR-00158471/2024

50 PA - OUT - 1.00.000.006765/2023-01 (e, antes, PA - OUT - 1.00.000.017643/2020-99)

51 PA - OUT - 1.00.000.008933/2022-11

Principais dados estruturantes do GT

PA de acompanhamento: 1.00.000.008105/2024-37

Assessoria: Natália Angélica

Nº de membros: 7 (sete)

Portaria de composição atual: PT 3CCR Nº 10, de 17/6/2024 (PGR-00220034/2024)

Integrante do GT	Designação	Lotação
HILTON ARAÚJO DE MELO (Coordenador)	PT 3CCR Nº 2, de 10/1/2020 (PGR-00007183/2020)	PR/MA
FABIANO DE MORAES (Coord. Substituto)	PT 3CCR Nº 17, de 12/11/2013 (PGR-00256210/2013)	PRM/Caxias do Sul- -RS
MARCUS VINÍCIUS AGUIAR MACEDO	PT 3CCR Nº 24, de 2/10/2018 (PGR-00556910/2018)	PRR/4ª Região
NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY	PT 3CCR Nº 7, de 13/6/2014 (PGR-00128214/2014)	PR/AL
THIAGO PINHEIRO CORRÊA	PT 3CCR Nº 5, de 16/11/2022 (PGR-00473561/2022)	PRM/Guarulhos-SP
MARIA CLARA BARROS NOLETO	PT 3CCR Nº 46, de 14/12/2023 (PGR-00472861/2023)	PR/DF
CAROLINE DE FÁTIMA HELPA	PT 3CCR Nº 46, de 14/12/2023 (PGR-00472861/2023)	PRM/Ji Paraná-RO

Procedimentos em curso

11 (onze)

1.00.000.008004/2015-75

Apurar a regulação das Administradoras de Benefícios pela ANS, diante da insuficiência normativa contida na Resolução 196/2009.

1.19.000.002401/2018-12

Acompanhar trabalhos desenvolvidos pela ANS e pela Câmara de Medicamentos de Regulação do Mercado de Medicamentos - Cmed no âmbito da Câmara Técnica Permanente de Contratualização e Relacionamento com Prestadores - CATEC , sob o prisma da investigação de possível presença de indexadores e outros índices não oficiais na avaliação dos medicamentos e insumos.

1.19.000.000905/2019-71

Apurar supostas condutas lesivas à ordem econômica e aos direitos dos consumidores, no âmbito da odontologia, praticadas por operadoras de plano de saúde, notadamente pela Odontoprev S/A tais como “empacotamento de consultas, concentração econômica, glosas recorrentes ou lineares, etc.

1.00.000.017808/2020-22

Acompanhar os estudos regulatórios acerca da oferta e da viabilidade dos planos de saúde individuais no Brasil.

1.00.000.000652/2021-50

Apurar suposta falha regulatória por parte da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), tendo em vista as falhas de mercado evidenciadas pela prática de reajustes abusivos ao consumidor, notadamente na comercialização dos planos de saúde coletivos, bem como pelo desincentivo regulatório para novas contratações de planos de saúde individuais e familiares.

1.00.000.008933/2022-11

Monitorar o novo modelo a ser adotado pela ANS para o cumprimento dos prazos de análise dos pedidos de incorporação, ao rol de procedimentos obrigatórios, das novas tecnologias em saúde, sobretudo daquelas aprovadas pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS - Conitec.

1.00.000.006765/2023-01

Acompanhar a tramitação do Projeto de Lei nº 7419/2006 que altera a regulamentação dos planos e seguros privados de saúde e monitorar as medidas legislativas que propõem alterações no atual sistema de planos de saúde.

1.00.000.010232/2023-15

Acompanhar os desdobramentos do PL nº 1.564/2015 que pretende tornar obrigatória, por parte das Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde, a oferta de tratamento em clínicas e hospitais psiquiátricos especializados no cuidado e na cura de dependências químicas.

1.00.000.012435/2023-46

Buscar ajustes regulatórios e melhorias dos tratamentos e procedimentos disponibilizados para os pacientes do Transtorno do Espectro Autista - TEA.

1.00.000.004126/2024-83

Monitorar rescisões unilaterais de planos coletivos e a dificuldade de exercício do direito à portabilidade, diante de limitações da rede credenciada e da falta de oferta de planos individuais.

1.00.000.004933/2024-04

Atuação conjunta do GT Planos de Saúde e GT Consumidor para acompanhar junto à Anvisa aspectos regulatórios e diretrizes para a implementação da bula digital e buscar mitigar a dispensa da bula impressa de medicamentos.

Relatório de atividades e produtos

jun/2022

PGR-00240671/2022

Recomendação nº 1/2022/3CCR/MPF, de 20/Jun/2022, enviada à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para vedar limites impostos pelos planos de saúde ao número de consultas/sessões nas especialidades necessárias ao tratamento dos pacientes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), conforme o entendimento da própria agência nos Comunicados nº 84, de 30/Jul/2020 (Goiás) e nº 92, de 7/Jul/2021 (nacional). Em colaboração com o GT-Consumidor.



out/2022

Envio de **contribuições à Tomada Pública de Subsídios** aberta pela Agência Nacional de Saúde Suplementar para definição da Agenda Regulatória do triênio 2023-2025.



nov/2022

Avaliação técnica da Resolução Normativa da ANS que dispõe sobre as regras para celebração dos contratos escritos firmados entre as operadoras de planos de assistência à saúde e os prestadores de serviços de atenção à saúde.



abr/2023

Workshop Agenda Regulatória da ANS e os Impactos aos Consumidor: realizado nos dias 27 e 28/abr/2023, no Rio de Janeiro/RJ 14 , fomentando o diálogo interinstitucional com agentes públicos e privados que atuassem no setor de saúde suplementar. A discussão se orientou por três eixos temáticos: o papel da ANS na regulação do setor; os aspectos concorrenciais envolvidos; e a defesa coletiva dos direitos do consumidor. Entre os temas tratados, foram debatidos o papel da ANS e sua articulação com



os segmentos políticos e econômicos; as etapas do processo regulatório; os impactos da judicialização da saúde; falhas de mercado; limites à liberdade econômica dos agentes; o problema concorrencial na precificação dos serviços; violações ao Código de Defesa do Consumidor; a derrubada do rol taxativo para cobertura dos planos de saúde; os efeitos da verticalização (quando uma operadora conta com estrutura própria de atendimento); e o problema dos “falsos coletivos” (planos ofertados para grupos com menos de trinta pessoas, mas que dão garantias mais frágeis aos usuários).⁵²

jun/2023

Realização de **Audiências Públicas** no Rio Grande do Sul e no Amazonas para debater, com a sociedade civil, o Projeto de Lei nº 7419/2006, em trâmite na Câmara dos Deputados, cujo objetivo era fazer alterações na Lei de planos de saúde (Lei nº 9.656/1998).



jun/2023

Nota Técnica nº 3/2023/GTPS/3CCR: envio ao Deputado Federal relator do PL nº 7.419/2006, contendo análise dos aspectos jurídicos e várias contribuições de membros com experiência na defesa dos consumidores de saúde suplementar.



jan/2024

PGR-00019125/2024

Reunião com o Conselho Federal de Odontologia - CFO dia 18/1/2024 para discutir supostas condutas lesivas à ordem econômica e aos direitos dos consumidores no âmbito da saúde suplementar odontológica.

⁵² <https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/evento-sobre-regulacao-da-saude-suplementar-busca-aprimorar-atuacao-do-mpf-em-defesa-da-ordem-economica-e-dos-direitos-do-consumidor>

jan/2024

PR-MT-00002772/2024

Reunião com a Unimed Cuiabá, realizada no dia 22/01/2024 (PA nº 1.20.000.001276/2023-01) voltada a implementação de um modelo de estruturação de compliance no âmbito do acordo de leniência negociado pela PR-MT.



fev/2024

PGR-00048650/2024

Ofício nº 40/2024/AC/3CCR: Envio à ANS de contribuições à Consulta Pública nº 121, de 1/12/2023, cujo objetivo seria aperfeiçoar a RN nº 395, de 14/1/2016, que dispõe sobre as regras a serem observadas pelas Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde e Administradoras de Benefícios nas solicitações de procedimentos e/ou serviços de cobertura assistencial/não assistencial, apresentados pelos beneficiários em qualquer modalidade de contratação.



mar/2024

PGR-00108883/2024

Reunião com a Associação Brasileira de Odontologia - ABO, dia 22/3/2024, para esclarecimentos sobre reclamações acerca do valor do ticket médio pago, problemas estruturais do setor, perfil dos profissionais de odontologia que aceitam condições desfavoráveis de trabalho e demandas de interesse da categoria.



abr/2024

PGR-00123305/2024

Ofício nº 134/2024/AC/3CCR: solicita ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE cópia do procedimento administrativo nº 08700.001180/2015-56 instaurado para apurar prática de tabelamento de preços de medicamentos e materiais hospitalares por meio das publicações eletrônicas Brasíndice e Simpro.

mai/2024

PGR-00190644/2024

Reunião com a Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon, Instituto de Defesa dos Consumidores - Idec e o Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor - Brasilcon, no dia 15/05/2024, destinada à atuação conjunta para avanço do PL nº 7.419/2006.



mai/2024

PGR-00204976/2024

PGR-00206108/2024

PGR-00206071/2024

PGR-00213650/2024

Audiência Pública promovida pela Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados: realizada no dia 15/05/2024, acerca de rescisão unilateral de planos de saúde.⁵³com posterior envio do Ofício nº 202/2024/AC/3CCR à ANS, o qual foi encaminhado ao Dep. Duarte Jr., relator do PL nº 7.419/2006, ao Conselheiro Jayme Martins de Oliveira Neto, magistrado presidente da Comissão de Saúde do CNMP. Expediu-se ainda, via PGR, o Ofício nº 445/2024-ASSEXP/PGR ao Presidente da Câmara dos Deputados, Dep. Arthur Lira na tentativa de reunião para que o PL nº 7.419/2006 fosse pautado para apreciação.



mai/2024

PGR-00175380/2024

PGR-00218945/2024

Reunião com a 3^a Diretoria da Anvisa, Defensoria Pública da União - DPU e Senacon, realizada no dia 9/5/2024, para tratar dos desdobramentos da Consulta Pública nº 1.224/2023, relativa à implementação da bula digital. Nova Reunião realizada apenas com a 3^a Diretoria da Anvisa após a divulgação da Nota Técnica nº 5/2024/GTPS/GTCON/3^a CCR.



⁵³ <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/72656>

mai/2024

PGR-00178891/2024

Nota Técnica nº 5/2024/GTPS/GTCON/3^aCCR, encaminhada à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), manifestando a preocupação do MPF com a possibilidade de extinção das bu-
las impressas em medicamentos comercializados no Brasil.

GT Sistema Financeiro Nacional

Criado pela Portaria nº 11/3CCR/MPF, de 12 de novembro de 2013 (PGR-00116872/2013), com o objetivo de tratar da organização dos serviços das instituições financeiras para a construção das boas práticas regulatórias, melhoria do atendimento bancário, facilitação de acesso ao crédito, inclusive mobiliário, eficácia na fiscalização das operações bancárias, proteção da privacidade, adequação da tarifa dos serviços financeiros, e acompanhamento da política federal de seguros privados. Entre os temas escolhidos para acompanhamento durante o biênio 2022-2024, constaram:

Regulamentação da Lei nº 14.478/2022, que disciplina a prestação de serviços de ativos virtuais, comumente chamada de Marco Regulatório dos Criptoativos⁵⁴;



Regulamentação e exploração do serviço de loteria de “apostas de quota fixa”, instituído pela Lei nº 13.756/2018⁵⁵;

Riscos no mercado de câmbio e medidas preventivas, repressivas e legislativas para mitigação (conforme a Ação nº 8/2023, da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, ENCCLA)⁵⁶;



Programa “Minha Casa Minha Vida”⁵⁷;

Microrreformas estruturantes no crédito a pessoas físicas e pequenas e médias empresas⁵⁸.

54 PA - OUT - 1.00.000.009332/2023-07 e PA - OUT - 1.00.000.009037/2023-42

55 PA - PPB - 1.00.000.018354/2022-79

56 PGR-00258346/2023

57 PA - PPB - 1.00.000.007954/2023-92

58 PA - OUT - 1.00.000.003606/2024-27

Principais dados estruturantes do GT

PA de acompanhamento: 1.00.000.010567/2018-76

Assessoria: Fábio Vanzo

Nº de membros: 6 (seis)

Portaria de composição atual: PT 3CCR Nº 19, de 17/6/2024 (PGR-00220721/2024)

Integrante do GT	Designação	Lotação
ALFREDO CARLOS GONZAGA FALCÃO JUNIOR (Coordenador)	PT3CCR Nº 10, de 12/7/2016 (PGR-00263762/2016)	PR/PE
CLÁUDIO GHEVENTER (Coord. Substituto)	PT 3CCR Nº 11, de 12/11/2013 (PGR-00268831/2013)	PR/RJ
HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR	PT 3CCR Nº 3, de 10/1/2020 (PGR-00007240/2020)	PR/PA
JOSÉ GOMES RIBERTO SCHETTINO	PT 3CCR Nº 24, de 5/7/2023 (PGR-00247525/2023)	PR/RJ
PAULO ROBERTO GALVÃO DE CARVALHO	PT3CCR Nº 26, de 12/7/2023 (PGR-00254302/2023)	PR/DF
ONÉSIO SOARES AMARAL	PT 3CCR Nº 36, de 4/9/2023 (PGR-00317887/2023)	PRM/Uberlândia-MG

Procedimentos em curso

08 (oito)

1.00.000.003622/2020-96

Acompanhar e examinar a regularidade da emissão dos títulos de capitalização emitidos, tendo em vista notícia de que títulos de capitalização aprovados pela SUSEP vêm sendo comercializados com desvio de finalidade.

1.00.000.006683/2020-13

Acompanhamento das providências e ações regulatórias especiais adotadas no âmbito do sistema financeiro nacional em face dos impactos ocasionados pela pandemia de COVID-19.

1.00.000.012309/2020-49

Acompanhamento das medidas emergenciais adotadas pelo BNDES no enfrentamento da COVID-19, com o objetivo de aperfeiçoar a gestão documental, além de aprimorar as análises das informações recebidas.

1.00.000.018354/2022-79

Regulamentação e da exploração do serviço público de loteria denominado “Apostas de Quota Fixa”, intuído pela Lei nº 13.756/2018.

1.00.000.007954/2023-92

Acompanhamento do Programa Minha Casa, Minha Vida, e das alterações regulatórias no programa habitacional, notadamente a Medida Provisória nº 1162/2023, de 14 de fevereiro de 2023.

1.00.000.009332/2023-07

Acompanhamento da regulamentação da Lei nº 14.478/2022, que disciplina a prestação de serviços de ativos virtuais, comumente chamada de Marco Regulatório dos Criptoativos.

1.00.000.003606/2024-27

Acompanhamento das Micro Reformas estruturantes no crédito para pessoas físicas e pequenas e médias empresas.

1.00.000.004291/2024-35

Acordo de Cooperação Técnica com Ministério da Fazenda no âmbito da Secretaria de Prêmios e Apostas.

Relatório de atividades e produtos

jun/2022

Reunião com a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) e com a Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça no bojo do acompanhamento da regulamentação e da exploração do serviço de loteria na modalidade “apostas de quota fixa”.



jun/2023

Workshop Sistema Financeiro Nacional e Mercado de Capitais: realizado nos dias 28 e 29 de junho de 2023, em Brasília/DF, com a participação do Procurador Geral da República, Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliário, B3, UnB, Ministério da Cidadania e representante do mercado financeiro, construção civil e academia. Entre os temas debatidos, estavam a transformação do setor financeiro pelas Fintechs; o novo marco do câmbio; a retomada do programa “Minha Casa Minha Vida”; irregularidades com criptoativos; fraudes em companhias abertas; antitruste no ambiente digital; e as novas soluções no Sistema Financeiro Nacional e o Banco Central. Em colaboração com o GT-Mercado de Capitais, Defesa da Concorrência e Propriedade Intelectual.⁵⁹



mar/2024

PGR-00148167/2024

Reunião com a Secretaria de Prêmio e Apostas do Ministério da Fazenda, para tratar da regulamentação de apostas esportivas - Lei nº 14.700/2023 e da regularidade do funcionamento do setor.

⁵⁹ <https://www.politicadistrital.com.br/mpf-promove-workshop-em-brasilia-para-discutir-marco-regulatorio-das-criptomoedas/?amp>

GT Tecnologias da Informação e Comunicação

Criado pela Portaria nº 15/3CCR/MPF, de 12 de novembro de 2013⁶⁰ (PGR-00256202/2013) com o objetivo de tratar da universalização do acesso às tecnologias da informação e da comunicação; da melhoria dos serviços das tecnologias da informação e da comunicação; e da proteção da privacidade de dados. Entre os temas escolhidos para acompanhamento durante o biênio 2022-2024, constaram:

Universalização do acesso à internet⁶¹;



Regulação da inteligência artificial no Brasil. Para tratar desse tema, de uma área do conhecimento complexo, avançado, e de ponta, o GT convidou⁶² o Centro de Informática da Universidade Federal de Pernambuco (CIN-UFPE), instituição com atuação de reconhecida excelência nas temáticas da ciência de dados, da inteligência artificial e de outras tecnologias digitais, a colaborar. A universidade indicou os professores Geber Lisboa Ramalho e Cleber Zanchettin⁶³;



A Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais 2023-2024⁶⁴;

Regulação das plataformas digitais⁶⁵;

60 <https://biblioteca.mpf.mp.br/server/api/core/bitstreams/e1a55df0-8ec4-4eef-b468-f43eb66bf735/content>

61 PA - OUT - 1.00.000.009160/2023-63

62 PGR-00075579/2024

63 PGR-00075579/2024

64 PA - OUT - 1.00.000.009162/2023-52

65 PA - OUT - 1.00.000.009162/2023-52



Adesão e participação do Brasil na Convenção 108+ do Conselho da Europa (que trata da proteção de dados pessoais e é a versão atualizada em 2018 da Convenção 108 de 1981, incluindo novos aspectos como o tratamento automatizado de dados pessoais e outras aplicações tecnológicas⁶⁶);

Regulação de anúncios em plataformas digitais⁶⁷.



66 PA - OUT - 1.00.000.011451/2023-11
67 PGEA - 1.00.000.003285/2024-61

Principais dados estruturantes do GT

PAs de acompanhamento: 1.00.000.012557/2023-32 e 1.00.000.10573/2018-23

Assessoria: Renata Mateus Gomes Fatureto Jeronymo

Nº de membros: 8 (oito)

Portaria de composição atual: PT 3CCR Nº 18, de 17/6/2024 (PGR-00220719/2024)

Integrante do GT	Designação	Lotação
MARCOS ANTONIO DA SILVA COSTA (Coordenador)	PT 3CCR Nº 6, de 28/04/2021 (PGR-00143334/2021)	PRR/5ª Região
CARLOS BRUNO F. DA SILVA (Coord. Substituto)	PT 3CCR Nº 6, de 28/04/2021 (PGR-00143334/2021)	PR/MG
LUIZ FERNANDO GASPAR COSTA	PT 3CCR Nº 15, de 12/11/2013 (PGR-00007361/2022)	PR/SP
PAULO JOSÉ ROCHA JUNIOR	PT 3CCR Nº 15, de 12/11/2013 (PGR-00007361/2022)	PR/DF
YURI CORRÊA DA LUZ	PT 3CCR Nº 22, de 5/9/2018 (PGR-00199244/2018)	PR/SP
BRUNO GALVÃO PAIVA	PT 3CCR Nº 6, de 16/11/2022 (PGR-00474038/2022)	PR/PB
RODRIGO GOMES TEIXEIRA	PT 3CCR Nº 6, de 31/01/2023 (PGR-00033541/2023)	PR/PB
VICTOR CARVALHO VEGGI	PT 3CCR Nº 20, de 6/7/2023 (PGR-00231674/2023)	PR/PB

Procedimentos em curso

05 (cinco)

1.00.000.009160/2023-63

Acompanhar estudos sobre a Universalização do acesso à internet, tendo em vista a conectividade significativa, a qualidade e efetividade do acesso da população às tecnologias digitais.

1.00.000.009161/2023-16

Acompanhar a Regulamentação da Inteligência Artificial, objeto do Projeto de Lei nº 2338/2023 em trâmite no Senado Federal.

1.00.000.009162/2023-52

Acompanhar a Política Nacional de Proteção de Dados - 2023/2024, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei nº 13.709/2018), em especial ações de planejamento e de execução das obrigações funcionais e da gestão administrativa do Ministério Público em alinhamento com as regras e os princípios aplicáveis à proteção de dados pessoais e a autodeterminação informativa.

1.00.000.011441/2023-86

Acompanhar a Regulamentação das Plataformas Digitais, no que diz respeito à transparência das redes sociais e serviços de mensagens privadas, responsabilidade dos provedores (plataformas digitais) pelo combate à desinformação, dentre outros.

1.00.000.011451/2023-11

Acompanhar a adesão do Brasil à Convenção 108+ do Conselho Europeu, que tem como princípios basilares à proteção de dados, regras específicas para a transferência de dados transfronteiriços e mecanismos de assistência mútua e consulta entre os signatários, considerada base para diversas nações ao regulamentar o tema de proteção de dados.

Relatório de atividades e produtos

jun/2022

Reunião com a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) para tratar de perspectivas de cooperação entre o GT-TIC e a ANPD, e a atuação conjunta sobre a conformidade da política de privacidade do WhatsApp à LGPD.



set/2022

Reunião com os membros da Câmara de Universalização e Inclusão Digital do Comitê Gestor da Internet no Brasil, na qual membros do GT ocupam vagas destinadas ao MPF.

set/2023

Reunião com a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) para alinhamento de rotinas de atuação.

set/2023

Workshop promovido pelo GT-TIC e pelo GT-Consumidor, em 28 e 29/9/2023, em Maceió/AL, com o objetivo de discutir a Política Nacional de Proteção de Dados; tecnologias e regulação da inteligência artificial no Brasil; transformação digital e os riscos duma burocracia digital (1º dia); e os programas de milhagem e a crise dos pacotes flexíveis; empréstimos consignados e superendividamento; direitos humanos e racismo estrutural nas relações de consumo; e plataformas digital e comércio eletrônico (2º dia). Participaram representantes da ANPD, do Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGI, da Fundação Getúlio Vargas (FGV); do CADE; e das Universidades Federais de Alagoas (UFAL) e de Pernambuco (UFPB), DPU, DPE-AL, MPE-AL etc.⁶⁸

⁶⁸ <https://novoportal.mpf.mp.br/mpf/pgr/noticias-pgr2/2023/tecnologias-da-informacao-e-comunicacao-e-relacoes-de-consumo-sao-temas-de-workshop-promovido-pelo-mpf>

mai/2024

PGR-00175046/2024

1º **Estudo GT-TIC/3CCR**: Encaminhamento ao Senado Federal de contribuições ao Projeto de Lei do Senado Federal sobre Inteligência Artificial.



jun/2024

PGR-00232260/2024

Participação do Coordenador do GT-TIC na **Sessão de Debates Temáticos** promovida pela Comissão Temporária de Inteligência Artificial do Senado Federal - CTIA.



GT Telecomunicações

Criado pela Portaria nº 14/3CCR/MPF, de 12 de novembro de 2013⁶⁹ (PGR-00256189/2013), com o objetivo de tratar da organização e exploração dos serviços de telecomunicações, para a expansão das oportunidades e do bem-estar da sociedade. Entre os temas escolhidos para acompanhamento durante o biênio 2022-2024, constaram:



Políticas de inclusão digital e universalização do acesso à internet, assim como o Processo 010.200/2022-3⁷⁰, do TCU, que faz a “avaliação dos compromissos acordados em diversos instrumentos regulatórios junto à Anatel e sua aderência às políticas públicas”⁷¹;

Medidas de prevenção contra a prática de abuso de serviços de telefonia, telemarketing, e o uso do prefixo 0800 e de mensagens SMS para fraudes⁷²;



Acompanhamento da Concorrência e Compartilhamento de Infraestrutura de Telecomunicações⁷³ com análise da Tomada de Subsídio da Anatel nº 13, de 30 de março de 2023, que versava sobre uma regulamentação dos deveres dos usuários dos serviços de telecomunicações, que não se confundiria com o vigente Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações (RGC), porque visaria regras específicas para os

69 <https://biblioteca.mpf.mp.br/server/api/core/bitstreams/88c8e88e-b967-45e8-89bb-121e16839a52/content>

70 <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/redireciona/processo/1020020223>

71 PA - OUT - 1.00.000.011280/2023-21

72 PA - OUT - 1.00.000.011289/2023-31

73 PA - OUT - 1.00.000.011284/2023-17

grandes usuários ou aqueles que demandem algum tratamento regulatório peculiar, como, por exemplo, os que fazem uso massivo das redes de telecomunicações⁷⁴;



Acompanhamento da revisão dos normativos de “Direitos dos Consumidores” e “Regulamento de Qualidade dos Serviços de Telecomunicações” (RQUAL) da Anatel⁷⁵;

Relicitação para outorga da concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) ou sua conversão em Autorização, e acompanhamento da definição e da valoração de bens reversíveis no âmbito dessas concessões⁷⁶. A respeito, a Anatel foi questionada⁷⁷, e prestou esclarecimentos⁷⁸.



74 PGR-00011659/2024

75 PA - OUT - 1.00.000.011278/2023-51

76 PA - OUT - 1.00.000.011273/2023-29

77 PGR-00474718/2023

78 PGR-00014074/2024

Principais dados estruturantes do GT

PA de acompanhamento: 1.00.000.010571/2018-34

Assessoria: Romulo Souza

Nº de membros: 6 (seis)

Portaria de composição atual: PT 3CCR Nº 28, de 1º/10/2024 (PGR-00390967/2024)

Integrante do GT	Designação	Lotação
JOÃO PAULO LORDELO GUIMARÃES TAVARES (Coordenador)	PT 3CCR Nº 38, de 4/10/2023 (PGR-00372425/2023)	PR/SP
PAULO JOSÉ ROCHA JUNIOR (Coord. Substituto)	PT 3CCR Nº 14, de 12/11/2013 (PGR-00256189/2013)	PR/DF
WALDIR ALVES	PT 3CCR Nº 4, de 10/1/2020 (PGR-00007299/2020)	PRR/4ª Região
ESTEVAN GAVIOLI DA SILVA	PT 3CCR Nº 11, de 3/9/2014 (PGR-00193288/2014)	PR/RS
VICTOR CARVALHO VEGGI	PT 3CCR Nº 10, de 31/3/2023 (PGR-00122381/2023)	PR/PB
JOSÉ RICARDO C. MELO JÚNIOR	PT 3CCR Nº 14, de 17/6/2024 (PGR-00220373/2024)	PRM/Guarulhos -SP

Procedimentos em curso

05 (cinco)

1.00.000.011284/2023-17

Concorrência e Compartilhamento da atu-al infraestrutura de Telecomunicações.

1.00.000.005546/2024-87

Implementação de sinal de telefonia móvel ao longo das rodovias federais.

1.00.000.011273/2023-29

Relicitação para outorga da concessão do STFC e definição e valoração de bens re-versíveis no âmbito das concessões.

1.00.000.011289/2023-31

Medidas de prevenção contra a prática de abusos de serviços de telefonia, tele-marketing e uso do 0800 e SMS para fraudes.

1.00.000.011278/2023-51

Revisão de Normativos da Anatel (quali-dade dos serviços de telecomunicações e direitos do consumidor).

Relatório de atividades e produtos



fev/2024

PGR-00039115/2024

Reunião com a Anatel para aproximação institucional e apresentação dos procedimentos e temas em trâmite na 3^a Câmara do MPF relacionados à pauta regulatória da Anatel, bem como formalização de convite para participação em Workshop do GT Telecomunicações a ser realizado em abril de 2024.



abr/2024

PGR-00150648/2024

Realização do **Workshop** “O Futuro das telecomunicações em tempos de constante evolução”, na cidade do Rio de Janeiro, com a participação de membros que atuam com matérias da 3^a Câmara, de representantes da Anatel, do Ministério das Comunicações, da Federação Brasileira de Bancos, da Conexis Brasil Digital e da Universidade de Brasília. O objetivo principal do trabalho foi proporcionar um ambiente de imersão e debates acerca das realidades do setor, do papel da Agência Reguladora e sobre alguns dos principais desafios enfrentados pelos agentes econômicos e usuários de telecomunicações.



GT TRANSPORTES

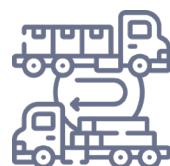
GT Transportes

Criado pela Portaria nº 16/3CCR/MPF 1, de 12 de novembro de 2013, para tratar da organização e exploração dos serviços de transportes e da infraestrutura rodoviária e ferroviária concedida ou outorgada; e da adequação da prestação de serviços de transportes terrestre (interestadual, internacional e ferroviário) e aéreo de passageiros. Entre os temas escolhidos para acompanhamento durante o biênio 2022-2024, constaram:



Acompanhamento geral da execução das obrigações constantes nos aditivos contratuais, com especial ênfase na realização de obras obrigatórias e recuperação de trechos ferroviários, nas renovações antecipadas das concessões ferroviárias⁷⁹;

Concessão da Malha Nordeste I, trecho São Luís/MA–Timon/Teresina/PI, de responsabilidade da concessionária Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (FTL)⁸⁰;



Impactos do novo marco regulatório de transporte interestadual de passageiros (TRIP): Resolução nº 6.033/2023 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)⁸¹;

Processo de repactuação de concessões rodoviárias, como a rodovia BR-163/MS, sob os termos da Portaria do Ministério dos Transportes nº 848/2023⁸²;

79 PA - OUT - 1.00.000.015505/2020-75

80 PA - PPB - 1.00.000.001267/2024-44

81 PA - OUT - 1.00.000.004450/2024-00

82 PA - PPB - 1.00.000.011539/2023-33 e PA - OUT - 1.00.000.011540/2023-68

Principais dados estruturantes do GT

PA de acompanhamento: 1.00.000.010568/2018-11

Assessoria: Filipe Brasil / Morgana Pinheiro

Nº de membros: 12 (doze, dos quais 10 titulares e 2 colaboradores)

Portaria de composição atual: PT 3CCR Nº 29, de 14/10/2024 (PGR-00410670/2024)

FERNANDO DE ALMEIDA MARTINS (Coordenador) ferroviário	PT 3CCR Nº 14, de 21/10/2020 (PGR-00404047/2020)	PRR/6ª Região
MARIA EMÍLIA MORAES DE ARAÚJO (Coord.Substituta) aerooviário	PT 3CCR Nº 16, de 12/11/2013 (PGR-00256206/2013)	PGR
OSMAR VERONESE - ferroviário	PT 3CCR Nº 16, de 12/11/2013 (PGR-00256206/2013)	PRM/Santo Angelo-RS
TIAGO ALZUGUIR GUTIERREZ hidroviário/ferroviário	PT 3CCR Nº 16, de 12/11/2013 (PGR-00256206/2013)	PRM/Joinville-SC
ANNA CAROLINA RESENDE MAIA GARCIA aerooviário/rodoviário	PT 3CCR Nº 1, de 10/1/2023 (PGR-00033676/2023)	PR/DF
THIAGO LACERDA NOBRE aerooviário/rodoviário/ferroviário	PT 3CCR Nº 16, de 12/11/2013 (PGR-00256206/2013)	PRM/Santos-SP
LUCIANA FERNANDES PORTAL LIMA GADELHA - rodoviário	PT 3CCR Nº 30, de 24/7/2023 (PGR-00264490/2023)	PRM/Petrópolis-RJ
MARCELO ANTÔNIO CEARÁ SERRA AZUL hidro/ferroviário/rodoviário	PT 3CCR Nº 35, de 30/8/2023 (PGR-00313547/2023)	PRR/1ª Região

ISABELA DE HOLANDA CAVAL-CANTI ferroviário	PT 3CCR Nº 45, de 6/11/2023 (PGR-00408719/2023)	PR/MG
JOSÉ RICARDO CUSTÓDIO DE MELO JÚNIOR - aeroviário	PT 3CCR Nº 29, de 14/10/2024 (PGR-00410670/2024)	PRM/Guarulhos-SP
PAULO ROBERTO SAMPAIO ANCHIETA SANTIAGO (Colaborador) aeroviário	PT 3CCR Nº 30, de 24/7/2023 (PGR-00264490/2023)	PRM/Guarulhos-SP
JOSÉ GOMES RIBERTO SCHETTINO (Colaborador) rodoviário	PT 3CCR Nº 6, de 5/9/2024 (PGR-00350795/2024)	PR-RJ

Procedimentos em curso

11 (onze)

1.00.000.015505/2020-75

Execução das obrigações constantes nos aditivos contratuais com especial ênfase na realização de obras obrigatórias e recuperação de trechos ferroviários, nas renovações antecipadas das concessões ferroviárias.

1.00.000.015267/2014-50

Regulamentação das condições gerais do transporte aéreo.

1.00.000.016730/2020-29

Prorrogação antecipada da concessão da ferrovia Malha Sul.

1.00.000.004450/2024-00

Impacto no mercado das diretrizes estabelecidas no novo marco regulatório de transporte interestadual de passageiros - TRIP, Resolução nº 6.033/2023 da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

1.00.000.011539/2023-33

Política de repactuações de concessões rodoviárias estabelecida pela Portaria do Ministério dos Transportes nº 848/2023.

1.00.000.011540/2023-68

Repactuação da concessão da rodovia BR-163/MS, sob os termos da Portaria do Ministério dos Transportes nº 848/2023.

1.00.000.007745/2023-49

Política pública e dos objetivos institucionais e econômicos orientados ao desenvolvimento do setor ferroviário, no contexto da Malha Nordeste II, trecho Eliseu Martins/PI/Salgueiro/PE até Pecém/CE e Suape/PE, da concessionária Transnordestina Logística S.A. - TLSA.

1.00.000.001267/2024-44

Política pública e dos objetivos institucionais e econômicos orientados ao desenvolvimento do setor ferroviário no contexto da concessão Malha Nordeste I, trecho São Luís/MA e Timon/Teresina/PI, de responsabilidade da concessionária Ferrovia Logística S.A. - FTL.

1.00.000.007513/2024-71

Prorrogação antecipada concessão - FCA.

1.00.000.007506/2024-70

Implementação do sistema de cobrança eletrônica de pedágio em fluxo livre (Free Flow) nas concessões rodoviárias no país.

1.00.000.008391/2024-31

Levantamento diagnóstico nos aeroportos brasileiros quanto à efetividade dos mecanismos de segurança existentes e ao acompanhamento da implementação de novas medidas de aperfeiçoamento pelos órgãos e entidades responsáveis.

Relatório de atividades e produtos

07/2022

PGR-00268798/2022

Reunião técnica do Comitê de Resolução de Disputas Judiciais de Infraestrutura (CRD-Infra), realizada no dia 13/7/2022, para análise do projeto da obra da rodovia BR-163.



08/2022

Reunião dos membros integrantes da Ação Coordenada Malha Sul com representantes da Concessionária RUMO e da Empresa SYSFER, prestadora de consultoria/serviços técnicos; representantes da Superintendência de Concessão da Infraestrutura da ANTT; representantes do Ministério da Infraestrutura; representantes da Diretoria de Infraestrutura Ferroviária do DNIT; representantes do Tribunal de Contas da União; representantes do Poder Judiciário (Magistrados Federais); e representantes da Defensoria Pública da União, para dar continuidade ao acompanhamento da operação da ferrovia.



02/2023

PGR-00073791/2023

Nota Técnica nº 1/2023/GT-Transportes/GT-Consumidor/3CCR1, de 27/Fev/2023, que analisa a regulamentação das gratuidades no transporte rodoviário interestadual de passageiros (TRIP). A nota concluiu que, apesar de boas propostas feitas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), ainda restavam pontos para o aperfeiçoamento, a fim de garantir os direitos de pessoas com deficiência, idosos, e jovens de baixa renda, como, por exemplo, a falta de fundamentos técnicos para os critérios sugeridos de gratuidade. A nota foi oferecida como contribuição do MPF à Audiência Pública nº 6/2022 da ANTT.



08/2023

Workshop promovido pelo GT-Transportes, nos dias 24 e 25 de agosto de 2023, em Brasília, a fim de debater o desenvolvimento sustentável da matriz de transportes nacional. Sobre o modal ferroviário, foram tratadas questões como a prorrogação antecipada de concessões da Malha Sul, a deterioração do patrimônio histórico das ferrovias, e a situação de ocupações irregulares nas margens das linhas ferroviárias. Sobre o modal rodoviário, questões como inovações regulatórias em concessões, soluções para as concessões rodoviárias inadimplentes, sustentabilidade e segurança em rodovias. Sobre o modal hidroviário, questões como inovações regulatórias na navegação de cabotagem, e o desenvolvimento da navegação interior. Também foram debatidos o planejamento e integração multimodal e os desafios à multimodalidade. Além dos membros do MPF, o evento contou com a participação de autoridades do poder público (como a Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT), representantes da iniciativa privada e da sociedade civil.



08/2023

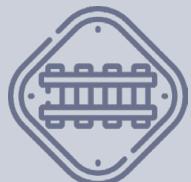
PGR-00293587/2023

Reunião com área técnica do TCU para tratar de proposta de alteração de investimentos obrigatórios da concessão da ferrovia Malha Paulista, em análise no TCU.

09/2023

PGR-00355563/2023

Reunião com a Secretaria Nacional de Transporte Rodoviário, do Ministério dos Transportes, para tratar da readaptação de contratos de concessões rodoviárias, objeto da Portaria nº 848/2023 do Ministério dos Transportes e do acórdão TCU nº 1592/2023.



02/2024

PGR-00056031/2024

Reunião com representantes do Ministério dos Transportes para tratar dos desdobramentos da repactuação de obrigações da prorrogação antecipada da concessão da ferrovia Malha Paulista.



03/2024

PGR-00082598/2024

Nota Técnica nº 2/2024/GT-TRANSPORTES/3CCR: analisa a situação da concessão da ferrovia Malha Sul e as medidas necessárias à solução das irregularidades identificadas, com vistas ao cumprimento das exigências das Leis nº 13.448/2017 e nº 14.273/2021.



03/2024

PGR-00099978/2024

Nota Técnica nº 3/2024/GT-TRANSPORTES/3CCR: analisa a situação da concessão da ferrovia Malha Paulista e as medidas necessárias à solução das irregularidades identificadas, com vistas ao cumprimento das exigências das Leis nº 13.448/2017 e nº 14.273/2021.

03/2024

PGR-00108767/2024

Reunião com representantes do Ministério dos Transportes sobre ação coordenada e política pública envolvendo o futuro da ferrovia Malha Sul.

05/2024

PGR-00203080/2024

Reunião com representantes da Secretaria Nacional de Transporte Ferroviário, do Ministério da Fazenda, para tratar da destinação de recursos de outorgas ferroviárias, conforme exigência do art. 66 da Lei nº 14.273/2021.

05/2024

PGR-00177329/2024

Nota Técnica nº 4/2024/GT-TRANSPORTES/3CCR: analisa a situação da concessão da malha ferroviária sob gestão da MRS e as medidas necessárias à solução das irregularidades identificadas, com vistas ao cumprimento das exigências das Leis nº 13.448/2017 e nº 14.273/2021.



05/2024

PGR-00179019/2024

Nota Técnica nº 7/2024/GT-TRANSPORTES/3CCR: analisa a situação da concessão da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA) e as medidas necessárias à solução das irregularidades identificadas, com vistas ao cumprimento das exigências das Leis nº 13.448/2017 e nº 14.273/2021.



05/2024

PGR-00179019/2024

Nota Técnica nº 8/2024/GT-TRANSPORTES/3CCR: analisa a situação da concessão da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) e as medidas necessárias à solução das irregularidades identificadas, com vistas ao cumprimento das exigências das Leis nº 13.448/2017 e nº 14.273/2021.



05/2024

PGR-00179054/2024

Nota Técnica nº 9/2024/GT-TRANSPORTES/3CCR: analisa a situação da concessão da Estrada de Ferro Carajás (EFC) e as medidas necessárias à solução das irregularidades identificadas, com vistas ao cumprimento das exigências das Leis nº 13.448/2017 e nº 14.273/2021.

06/2024

PGR-00217087/2024 PGR-00217367/2024

Reunião com representantes do Ministério dos Transportes e com agentes do setor de transportes para tratar: da assinatura do Termo Aditivo da concessão da ferrovia Malha Paulista, que formaliza a repactuação do contrato de concessão; e da Assinatura da Portaria que estabelece a Política Pública de Prorrogação dos Contratos de Concessão de Ferrovias.

